

Fonte 0 Egrado Class.: 378
Data 22/06/80 Pg.: _____

Funai garante ao Cimi que tutela indígena não será estadualizada

Chapécó — Novas perspectivas de relações entre a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenista Missionário surgiram ontem, nesta cidade, quando o presidente da Funai garantiu ao presidente do Cimi que a tutela indígena não será estadualizada. O que acontecerá, é que a questão indígena será regionalizada com a criação de mais delegacias da Funai, permitindo melhor acompanhamento e solução dos problemas que envolvem o nativo.

Os Estados, entretanto, irão colaborar com a ação da política indigenista oficial proporcionando educação (escolas com professores bilingües), saúde (postos médicos e hospitais convenia-

dos com o Funrural) e desenvolvimento econômico (fornecimento de implementos agrícolas, etc).

Essas informações foram apresentadas pelo Coronel João Carlos Nobre da Veiga, presidente da Funai, ao Bispo de Chapécó, Dom José Gomes, presidente Nacional do Cimi. Nesse mesmo encontro tomaram parte o assessor da Funai, Coronel Ivan Zanoni, o secretário do Trabalho e Ação Social, Augusto Trein, o assessor da área indígena da mesma pasta, Tarcísio Deretti e o Secretário do Oeste, João Valvite Paganella.

A comitiva esteve em Porto Alegre inaugurando a Delegacia Regional da Fun-
dação, que terá jurisdição sobre os dois Estados do



Dom José Gomes

extremo-sul, e se deslocou a Chapécó improvisadamente para um contato com o Bispo Diocesano Dom José Gomes. O encontro durou 45 minutos e dele participou o recém-nomeado delegado, Severino de Toni.

A questão indígena foi debatida "num clima de respeito e sinceridade",

tendo o Bispo reafirmado sua intenção de colaborar com todas as pessoas e organismos que oferecerem apoio incondicional em favor do índio.

Do encontro, algumas decisões práticas ganharam praticidade imediatamente. A primeira delas é a permissão para que os religiosos tenham acesso amplo e irrestrito em todas as áreas indígenas do país, sempre que desenvolverem qualquer trabalho em prol dos povos primitivos. Sobre esse aspecto, o presidente da Funai revelou sua opinião: "Se os missionários brasileiros assumissem integralmente a problemática indígena, ela já estaria solucionada".

Depois de discutida a es-

tadualização e ficar esclarecido que o Governo Federal não transferirá a tutela aos Estados, a questão da violência e da posse da terra foi analisada. O presidente da Funai antecipou que o orçamento destinado a cobrir os gastos com demarcação de terras será quintuplicado e a demarcação atingirá todas as áreas. Inicialmente, é desejo do Coronel Veiga providenciar os trabalhos de demarcação com a retirada dos pequenos agricultores-posseiros, reassentando-os em outros locais. Isso evitaria que as famílias sem terras criassem novos focos de tensão social. Depois será a vez dos latifundiários, cujo método de pressionamento para retirá-los não foi reve-

lado.

Dom José enfatizou que o Cimi vai continuar denunciando a violência e o massacre que vem envolvendo a posse das terras, mas recebeu a promessa de que a Funai vai tentar evitar derramamento de sangue a qualquer custo.

Falando à imprensa, o Coronel João Carlos Nobre da Veiga admitiu que a Funai necessita do apoio do Cimi. Ele disse que o relacionamento entre os dois órgãos está "muito bom" e que o contato com o prelado, apesar de rápido e improvisado, foi proveitoso. Destacou que a questão indígena, segundo estabelece a legislação, deve ser atendida pelas esferas federal, estadual e municipal.